

ARTE, MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E DEFICIÊNCIA: as bibliotecas de arte e a democratização dos saberes

Lucas Alberto Miranda

Mestrando em Estudos
Contemporâneos das Artes pela
Universidade Federal Fluminense
(UFF).
E-mail: lucasalberto@id.uff.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema central a discussão sobre acessibilidade em bibliotecas de arte no contexto da deficiência visual. Partindo de uma fortuna crítica sobre a assimilação da deficiência como uma produção social que delimita certos corpos em sua possibilidade de ação no mundo, pesquisaremos como as bibliotecas tem se engajado para diminuir suas barreiras de exclusão e se empenhado em promover inclusão e acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão. Nesse contexto, discutimos um caminho de produção de inclusão afinado a um movimento de digitalização da cultura que recorre a tecnologias assistivas e recursos cibernéticos para a promoção de acessibilidade e em contrapartida, o delineamento de estratégias de agenciamento coletivo para projetos experimentais de acessibilidades atentos à singularidade dos corpos e de suas narrativas, resistentes ao pragmatismo tecnológico objetificante de produção de inclusão. Analisando as medidas inclusivas da biblioteca da Universidade Belas Artes e da biblioteca Dorina Nowill, exemplificaremos essa discussão, pensando aplicabilidades dessas estratégias no contexto das bibliotecas de arte. Além disso, discutiremos os resultados das iniciativas e os desafios à frente no campo de estudo do acesso à informação em bibliotecas de arte principalmente no contexto da deficiência visual, pensando como esses espaços podem diminuir desigualdades e democratizar e pluralizar os meios de acessibilidade à informação no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Bibliotecas de arte. Deficiência. Acessibilidade. Democratização.

ART, MEMORY, INFORMATION AND DISABILITY: art libraries and the democratization of knowledge

ABSTRACT

This research has as its central theme the discussion about accessibility in art libraries in the context of visual impairment. Starting from a critical fortune about the assimilation of disability as a social production that delimits certain bodies in their possibility of action in the world, we will investigate how libraries have been engaged in lowering their barriers of exclusion and striving to promote inclusion and accessibility for blind people, or with low vision. In this context, we discuss an

inclusion production path in tune with a culture digitization movement that uses assistive technologies and cyber resources to promote accessibility and in contrast the design of collective agency strategies for experimental accessibility projects aware of the secrecy of bodies and their narratives, resistant to the objectifying technological pragmatism of inclusion production. Analyzing the inclusive measures of the Fine Arts University library and Dorina Nowill library, we will exemplify this discussion by thinking about the applicability of these strategies in the context of the art libraries. In addition, we will discuss the results of the initiatives and challenges ahead in the field of access to information in art libraries, especially in the context of visual impairment, thinking about how these spaces can diminish inequalities and democratize and pluralize the means of accessibility to information in the contemporary field.

Keywords: Art libraries; disability; accessibility; democratization

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos uma escrita sobre as questões situadas no contexto da deficiência visual e suas implicações dentro das bibliotecas de arte, é importante ressaltar que o campo dos estudos da deficiência se molda no território nacional representado não apenas como um ambiente de reflexão acadêmica, mas de pautas político-sociais e de discussões éticas sobre a produção de conhecimento em relação às pautas da deficiência. Destacamos aqui que a posição de autor desse artigo surge em um contexto posterior à participação no grupo Perceber sem Ver, núcleo de pesquisa e extensão na Universidade Federal Fluminense, referência para estudos sobre deficiência visual no Brasil, e de participação junto ao grupo de oficinas semanais de expressão corporal para pessoas cegas e com baixa visão no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que os estudos aqui desenvolvidos tomam forma apenas a partir de produções de pesquisadoras que investigam o campo da deficiência como Marcia Moraes, Débora Diniz e Virgínia Kastrupp, mas principalmente a partir de autores que trazem para o campo de discussão teórica às suas experiências a partir da própria perspectiva da deficiência, como Anahi Guedes De Mello, Camila Araújo Alves e Marcoz Antonioz Gavério.

2 BIBLIOTECAS E O CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA

O escritor argentino Jorge Luis Borges narra no texto *A cegueira* (1977) sua perspectiva de experiência do mundo como pessoa cega. Esse caso em específico é interessante para iniciarmos uma discussão sobre acesso à informação, bibliotecas, e deficiência, justamente porque Borges é tornado diretor chefe da Biblioteca Nacional da Argentina no momento em que sua cegueira toma proporções severas, impedindo-o de acessar o conteúdo escrito de qualquer livro do acervo. O autor relata:

Em 1955, tive a honra de ser nomeado diretor da Biblioteca Nacional Argentina. Sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie de biblioteca. (Outros pensam nele como um jardim ou, talvez, um palácio.) Lá estava eu, no meio de 900.000 livros em vários idiomas. No entanto, quase não conseguia ler-lhes os títulos, as lombadas. Poder-se-ia dizer que, praticamente, para meus olhos cegos, aqueles livros estavam em branco, vazios. (2004, BORGES, p.183)

Percebemos no relato como o acesso à informação dentro das bibliotecas perpassa campos muito extensos, para além das difíceis situações sociais de segregação por desigualdade de classe, o contexto da deficiência se faz índice desafiador da normatividade estruturada nos espaços culturais. Desse modo, pensando no campo da cegueira e baixa visão como importante eixo para discussão sobre medidas de inclusão, e possíveis estratégias de redução das desigualdades e democratização do acesso à informação, buscamos dentro de bibliotecas medidas para promoção de acessibilidade ao acervo às pessoas cegas e com baixa visão.

A deficiência é um longo terreno a ser percorrido teoricamente, porém, é importante retomar brevemente alguns processos que se instauraram no campo social da sua compreensão. Os campos de estudo sobre o desenvolvimento histórico da temática compreendem que inicialmente a deficiência foi enclausurada no organismo do próprio indivíduo deficiente, visto como alguém que possui um corpo mutilado e inferior em seus processos perceptivos. Nesse paradigma, a deficiência foi apropriada pelo discurso biomédico e vista como condição de ausência de saúde. Já na segunda metade do século XX, a perspectiva social de compreensão da deficiência inaugurou novas formas de entendimento dessa questão, concluindo que não se trata de assunto biomédico, mas de uma construção social opressora, que garante acessibilidade e poder de ação para certos

corpos, privando outros de uma experiência autônoma no mundo. Nesse momento, chegou-se à definição mais próxima ao garantido atualmente pela Organização Mundial de Saúde para deficiência: desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera as pessoas que possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social (Upias apud DINIZ, 2012, p. 37). Como afirma a professora do departamento de psicologia da Universidade de Brasília, Débora Diniz:

Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão. Para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência. (DINIZ, 2012, p. 11)

Nesse sentido, o Modelo Social da deficiência define uma abordagem ampliada para pensar a questão da deficiência, não reduzindo a discussão ao campo biológico e corporal, levando a problemática a ser investigada na ordem simbólica hegemônica comandante da estruturação social. Ou seja, estaria em jogo uma produção de deficiência definida a partir da nomeação de um discurso privilegiado “não-deficiente” dominado por um sujeito universal provido de uma posição sensorial perceptiva considerada “normal”, como afirma Diniz: “Um corpo cego é um corpo inesperado diante da expectativa do discurso do normal”. Trata-se com esse novo modelo de compreensão, de entender que a deficiência é produzida socialmente, e as instituições, seus objetivos e atividades não ocupam lugar de imparcialidade frente às opressões, elas também participam dos processos de disseminação e combate de discursos sexistas, racistas, transfóbicos, e no contexto da deficiência, capacitistas. Esse último conceito é definido pela pesquisadora Anahí Guedes de Mello (2016):

Capacitismo é a discriminação ou violências praticadas contra as pessoas com deficiência. É a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo, discriminam-se pessoas com deficiência. Trata-se de uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes (incapazes de trabalhar, de frequentar uma escola de ensino regular, de cursar uma universidade, de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia.

Pensando que os espaços e relações sociais produzem opressões que segregam certos corpos e incluem outros, é interessante pensar como as bibliotecas pensam suas medidas estratégicas para integração de diferentes sujeitos em suas atividades, e o acesso deles aos arquivos e dispositivos de informação. No caso de nossa pesquisa, as bibliotecas de arte assumem uma especificidade no debate e encontram mais desafios por justamente conterem muitas vezes elementos que recorrem a uma plataforma visual para além do nível textual, que nos interpelam a pensar outros modos de promoção de acesso à essas produções para pessoas cegas ou com baixa visão.

Grande parte das bibliotecas ainda não conta com medidas de inclusão que garantam acesso à informação resguardada em seus acervos ao público cego e com baixa visão. Essa problemática é corroborada pelo fato de poucas produções escritas serem adaptadas para o braile e sua disseminação ainda encontrar poucos investimentos. Assim, frente ao escasso material disponibilizado pelas editoras e outras fontes de produção literária e acadêmica em braile, a biblioteca se vê desafiada a pensar outras estratégias que tentem na medida do possível integrar esses sujeitos às suas atividades e acervos.

A pesquisa *Nacional de Acessibilidade em bibliotecas públicas*, apoiada pelo Ministério da Cultura, realizada entre 2014 e 2015 em municípios de diferentes estados brasileiros, entrevistou grupos de pessoas com diferentes deficiências que acessam frequentemente bibliotecas. A investigação apontou que apenas 16% do público deficiente entrevistado reconhece como suficiente o número de materiais em formatos acessíveis nas bibliotecas, além disso, 85% afirmou sentir falta de algum preparo ou formação específica para atender os usuários com deficiência (MINC; SNBP, 2014). A pesquisa destaca em anonimato relatos de alguns dos entrevistados que apontam para críticas às formas como algumas bibliotecas não pensam estratégias de produção de inclusão e acessibilidade frente ao contexto da deficiência: “A biblioteca não promove eventos e os que usaram o espaço não utilizaram linguagens para cegos, surdos e mudos.” “Nunca vi projetos voltados para os deficientes, se tiver não saiu do papel, a biblioteca está sempre alheia à esse público em todas as questões, até nas parcerias” (MINC; SNBP, 2014).

É necessário destacar que tratam-se de opiniões pontuais, mas que em certa medida diagnosticam uma problemática que ainda se faz presente de forma inflamada nas instituições culturais em geral. Passamos por um momento amplo de combate às

desigualdades, e para que se tome posição aguerrida em conjunto às narrativas dissidentes é necessário na contemporaneidade que essas instituições assumam uma postura criticizada em relação às suas atividades, seus modos de gerência e acesso ao patrimônio cultural por elas resguardado, e seus compromissos frente à partilha e construção de saberes na cultura.

3 A BIBLIOTECA, A MEMÓRIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DOS SABERES NA CULTURA DIGITAL

As bibliotecas desempenham compromissos político-sociais não apenas de conservação e manutenção de acervos correspondentes a fortuna crítica, teórica e literária de uma sociedade, mas também ligados à distribuição de saberes e partilha do patrimônio cultural com seu público. Apesar do imaginário social em torno dessas instituições ser preenchido por ideias próximas a noção arquivista de armazenamento e documentação, é relevante destacarmos as bibliotecas como lugares ativos de produção de saber e partilha de conhecimento e memória de uma sociedade, e não apenas como receptáculos passivos organizadores de conteúdos em acervos. É importante ressaltar essa dinâmica ativa de operação das bibliotecas frente a uma possível visão apassivada sobre seu funcionamento social. Ressaltamos que essas instituições trabalham justamente com a memória social, com o conjunto de conteúdos historicamente indispensáveis na construção da identidade de um grupo, sendo entidades ativas na própria formação identitária e histórica das sociedades.

A memória de uma coletividade, nos tempos atuais de crise política, precisa ser ativada como espaço de retomada de narrativas dissidentes ofuscadas por discursos dominantes, em uma tomada decolonial que pense de forma plural “as memórias” de uma sociedade, sem restringir o grupo a um patrimônio específico, mas dando espaço para manifestações múltiplas que se constroem na cultura. Na atualidade, discute-se vividamente a presença de autores e materiais produzidos por grupos dissidentes dentro de instituições culturais. Dentro do contexto da deficiência, é necessário ressaltar que trata-se de pensar também como as instituições produzem acessibilidade e são sensíveis às pessoas na singularidade dos seus corpos e narrativas. Ou seja, trata-se de pensar a instituição cultural como acessível ao grupo heterogêneo que compõe o tecido social, e não apenas dedicada à parcelas específicas da sociedade. Muito se discute sobre a função

social da biblioteca na atualidade, em meio a um momento de digitalização da cultura e transformação dos meios de acesso à informação, algumas vias teóricas preocupam-se em debater como o movimento alçado pela internet e sistemas de rede pode ratificar às bibliotecas um papel secundário e passivo na partilha e construção de saberes.

A digitalização da cultura contextualiza um momento específico para a ciência da informação e para toda a dinâmica social entre indivíduos e conhecimentos, a professora Gisele Beiguelman ressalta: O aparato digital ergue-se cada vez mais como o veículo protagonista de conformação de experiências subjetivas, comunicação de afetos, criação de discursos e disseminação de informações na contemporaneidade (BEIGUELMAN, 2013, p.148). Esse contexto digital envolve principalmente a ascensão do ciberespaço como ambiente privilegiado de acesso e distribuição de conteúdos e as redes como meio principal de comunicação e divulgação de informações entre pessoas. Nesse sentido, o movimento de digitalização cultural implica transformações em instituições diversas, impelindo-as a atualização dos sistemas e modos de funcionamento de acordo com os aparatos tecnológicos mais desenvolvidos.

Todavia, geralmente isso implica ou uma transformação total das instituições, que terminam por ter seus serviços realizados majoritariamente online, o que implica uma aderência e entrega completa ao processo hegemônico de transformação digital da cultura, ou uma resistência que preserva a instituição em modos tradicionais de funcionamento, levando em certas medidas a sua obsolescência. Importa delinear um caminho intermediário a esses dois domínios, pensando formas mistas de conformação. Nesse artigo, apostamos na possibilidade das bibliotecas atualizarem suas fronteiras e dinâmicas abraçando as transformações digitais implicadas na cultura, permanecendo atentas aos estudos da ciência da informação, acreditando no potencial de democratização ao acesso que os novos meios tecnológicos possibilitam, mas sem perderem sua potência crítica ao funcionamento digital e seu perigo alienante. Isso porque não acreditamos que para a eficaz promoção de inclusão se trate facilmente de uma submissão das bibliotecas à um movimento hegemônico das redes e de tecnologia assistiva, com total digitalização e disponibilização virtual de seu acervo e ausência de atividades e programações coletivas.

Trata-se, antes, da persistência e investimento em estratégias sociais dentro das bibliotecas que garantam à sociedade possibilidades de acesso e construção de conhecimento não disponibilizadas pelos veículos informativos de massa predominantes

nas redes. Ou seja, acreditamos que há produções de democratização e redução da desigualdade que se fazem fora do ciberespaço e do discurso online, e que as bibliotecas são ambientes possíveis para a construção dessas estratégias sociais. Reconhecemos a importância das redes digitais na disseminação das informações, mas também estamos cientes, principalmente após as eleições presidenciais nos Estados Unidos e no Brasil, que o sistema de redes não é imparcial, e a dinâmica de circulação de informações dentro dele funciona segundo uma lógica massificada e submissa a uma estrutura mercadológica de organização, inscrita na dinâmica das sociedades de controle, como aponta o teórico bielorrusso Evgeny Morozov ao desmistificar a democratização ao acesso promovida pela internet, apontando que o acesso à internet não só fortalece as democracias, mas também serve ao autoritarismo, ao fascismo e discursos opressivos (MOROZOV, 2018).

Apostamos nas bibliotecas e outras instituições culturais como espaços de conservação da presença física dos corpos, além da promoção de atividades que agenciem-os em relações colaborativas que resguardam uma potência singular distinta de produção social de inclusão e cooperação. Alguns exemplos de atividades que ressaltam essa presença e podem ser promovidas por bibliotecas são leituras grupais, grupos de conversa sobre temáticas de gênero, raça, sexualidade, deficiência, oficinas de produção coletiva de materiais, medidas de integração dos moradores da vizinhança da biblioteca em suas atividades, mediações culturais com públicos distintos, o clube de leituras para pequenos leitores, como os realizados pela Biblioteca Parque no centro do Rio de Janeiro, ou mesmo os grupos de contação de Histórias. Esse agenciamento coletivo dos corpos na cultura desvia da forma digital de produção de nossas relações e narrativas, caminhando na contramão do discurso social virtualizante, individualizante e universalizante das redes.

A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte. (DELEUZE, 1992, p.216).

O comentário Deleuziano nos ajuda a pensar a necessidade de análise e atenção para os agenciamentos coletivos em torno do contexto das máquinas, e trata-se para nós de reiterar estratégias de resistência dentro de espaços culturais às produções individualizantes de laço social e desejo promovidas nos espaços cibernéticos. Trata-se na

democratização do acesso, na partilha e distribuição de saberes e no combate às desigualdades, de promoção de agenciamentos coletivos em torno de questões sociais estruturantes de uma posição segregacionária na nossa cultura, como o racismo, a LGBTQFobia, o machismo, e no caso da deficiência, o capacitismo.

Partilha-se aqui do comentário da bibliotecária e especialista em Ciência da Informação Rosaly Krzyanowski sobre as Bibliotecas Virtuais: “não vem substituir as bibliotecas tradicionais, mas acrescentar aos usuários outras opções de acesso às informações registradas” (KRZYANOWSKI, 1997, p .58). É no bojo dessa crença que acredita-se ser relevante à biblioteca atualizar-se frente à digitalização da cultura, mas resguardando-se em prover e mobilizar estratégias e modos de acesso, distribuição e promoção de saberes e informações que não se possibilitam dentro do sistemas cibernéticos. Essa preocupação é relevante principalmente para nossa área de estudo pois quando se fala em acessibilidade e deficiência, é comum a um imaginário coletivo o pensamento voltado à promoção de novas tecnologias assistivas, manuais técnicos, dispositivos a serem instalados em residências e espaços públicos, softwares de alta performance. Esses produtos cada vez mais produzem autonomização dos corpos de forma individual e maquinizada, não levando em consideração a singularidade dos corpos e de suas narrativas, ligando-se a eles de modo objetificado em relação as suas deficiências.

Como afirmado na citação acima, trata-se nas sociedades de controle privilegiadamente da ascensão da tecnologia de máquinas cibernéticas e computadorizadas na dinâmica social da gestão dos corpos. Na questão da deficiência, o contexto maquínico de promoção de acessibilidade envolve recursos inorgânicos que produzem certa possibilidade de experiência autonomizada, mas não implicam em sua performance uma produção de relação social, agenciamentos coletivos, como aponta Deleuze, debate, cooperação em torno da própria questão do que é a deficiência e como ela se mostra estruturante no imaginário da sociedade e instaura-se sofisticadamente nos comportamentos de forma segregacionária.

Trata-se aqui não de menosprezar os avanços tecnológicos no campo da inclusão, mas em pensar modos de acessibilidade que não reduzam o corpo deficiente a um contexto maquínico de intervenção, e que tragam para um campo relacional as questões ligadas a questão social implicada na deficiência. Essa observação nos interessa, pois tratar de possibilidades de acesso à informação em bibliotecas de arte com pessoas cegas e com

baixa visão poderia resumir nossos estudos a meras descrições de dispositivos tecnológicos computadorizados que permitam uma forma específica de experiência do acervo. Mas acredita-se aqui que a produção da deficiência se dá em um âmbito coletivo de estrutura social, se dissemina em um conjunto de construções preconceituosas e antepostas sobre a deficiência, manejadas no cotidiano. Sendo assim, apenas com tecnologias coletivas, produções colaborativas que reúnam corpos plurais agenciados em situações cooperativas, como mediações, oficinas, leituras grupais, debates e rodas de conversa, que podem-se operar intervenções efetivas, e atingir uma espessura crítica mais relevante na reflexão social sobre a deficiência. Esse movimento de valorização das atividades coletivas se dá em tom de resistência a um contexto de maquinização pragmática do cotidiano e de partilha digital dos saberes, como afirma Deleuze: É verdade que, mesmo antes das sociedades de controle terem efetivamente se organizado, as formas de delinquência ou de resistência (dois casos distintos) também aparecem (DELEUZE, 1992, p.216). Trata-se aqui de buscar no contexto da promoção de inclusão e acessibilidade dentro de bibliotecas, essas formas de resistência, estratégias colaborativas que resistem a um contexto cibernético tecnológico acrítico de discussão. Como as instituições culturais podem produzir formas plurais de acesso e se mostrar como ambientes de produção crítica de discursos e agenciamentos coletivos?

4 ESPAÇOS CULTURAIS E PRODUÇÃO DE ACESSIBILIDADE

Um dos exemplos possíveis e importantes para a nossa argumentação que trazem um tom de resistência encontra-se na atividade da professora Camila Araújo Alves, que enquanto mediadora e pesquisadora do Centro Cultural Banco do Brasil no Rio de Janeiro, tentou pensar a mediação em exposições de artes como um caminho de acessibilidade. Camila propõe sua cegueira como uma ferramenta metodológica componente do trabalho de acessibilidade, e delinea uma reflexão teórica sobre essa movimentação em sua dissertação de mestrado, “E se experimentássemos mais? Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais” (2016), tomando duas perguntas como diretrizes de reflexão: Como pode a mediação ser um dispositivo de acessibilidade? O que pode esse dispositivo com grupos de acessibilidade em espaços culturais? Camila pensa a experimentação estética dentro de um programa experimental de acessibilidade:

Um manual não técnico leva em conta que, se há uma coisa que todos nós, sem exceção, temos é um corpo. Tomar esse corpo com suas marcas, com suas histórias, com suas possibilidades e sensorialidades com ponto de partida da mediação é um pilar importante. Arriscaria aqui a dizer a essa altura que uma experimentação estética parta então dos seguintes pilares: - Ela é coletiva; - Investe nos laços, nas conexões; - Na empreitada com humanos e não humanos; - Parte do corpo com suas marcas e histórias, com seus mundos possíveis; - Toma efetivamente o outro como expert. (ALVES, 2016, p.85)

A proposta de Camila é uma rica e efetiva construção que resiste às estratégias técnicas hegemônicas de acessibilidade trabalhadas de forma massificada pelas instituições que desejam tomar para si o emblema de entidade acessível. Trata-se com essa postura de uma construção ética frente às possibilidades de produção de acessibilidade nas instituições. Essa vertente de ação atualiza discussões sobre a deficiência cotidianamente e produz acessibilidade de forma coletiva. Essa atitude nos ensina como construir acessibilidade junto do outro, incluindo o seu saber e renovando as estratégias de produção de inclusão a cada novo grupo que se apresenta. Ou seja, trata-se de uma pluralização dos modos de lidar com os corpos que integram cotidianamente à instituição em um programa de acessibilidade que não se restringe a um manual objetivo a ser aplicado a uma generalidade restritiva e universalizante de corpos. Esse tipo de prática nos é cara para entender como a biblioteca de arte enquanto espaço cultural de disseminação e manutenção de saberes pode buscar dispositivos de produção de acessibilidade, permitindo modos diversos de elaboração sobre a deficiência que não apenas os remissivos a um movimento central determinado em manuais técnicos. Como afirma Camila:

Pensar em uma ética de acessibilidade seria pensar em um programa COM ações que levassem em conta as vidas, as histórias e as memórias das pessoas COM quem trabalhamos. Um programa que se interessasse mais pelas histórias do que pelas deficiências, mais pelo que cada um tem do que pelo que lhes falta, uma acessibilidade que fosse ela produtora de novas e diferentes histórias, mais do que reproduzidora das histórias de sempre. (ALVES, 2016, p.22)

Ao trazer a ideia do *PesquisarCOM*, Camila faz referência a um procedimento ético frente a pesquisa, que destitui o pesquisador de uma posição individual de *expert* e inclui o outro e seus saberes dentro do campo da produção de conhecimento. O *pesquisarCOM* é um método amplamente trabalhado pela professora do departamento de psicologia da

Universidade Federal Fluminense Marcia Moraes (2010). Como afirma Camila: Quem pesquisaCOM o outro, pesquisaCom um mundo diferente e então é preciso considerá-lo e é justamente a partir do encontro e da sensibilidade para ser afetado por ele que a diferença pode então ser percebida. Entendemos que para o combate às desigualdades é necessário o reconhecimento das diferenças, e é no âmbito desse encontro com a alteridade que se produz crítica e pluralização de discursos, e com isso, disseminação de distintos modos de experiência do mundo e produção de conhecimento sobre as coisas. Trata-se assim, por exemplo, de incluir o saber em jogo na vivência de uma pessoa cega para compreender a validade e amplitude de sua experiência de mundo, combatendo a tese deficitária e redutora atrelada às formas de vida em jogo no contexto da deficiência. Como afirma Borges, ainda em seu texto sobre a cegueira: (A cegueira) Deveria ser considerada como um modo de viver [...] um estilo de vida como qualquer outro (BORGES, 2004, p.182).

Essa reflexão ética necessária às bibliotecas atualiza o papel social que as instituições ocupam de pluralização dos conhecimentos e lhes garante uma posição ativa crítica da própria atitude da instituição na formação de seu público, na construção dos saberes e na forma como deseja partilhá-los. Essas estratégias de promoção de inclusão certamente podem contar com todo o aparato digital e tecnológico, se apropriando livremente dele para pensar formas críticas efetivas e plurais de produção de acessibilidade, mas certamente será na gerência física do espaço, no cotidiano da atuação dos diferentes corpos frente a instituição, na atualização recorrente dos discursos que circulam e na promoção de atividades coletivas, que as bibliotecas poderão reforçar seu papel político social ativo frente a partilha e construção de conhecimento na contemporaneidade. Em outras palavras, diante de um possível movimento de digitalização dos acervos e pragmatização dos serviços nas instituições, talvez trate-se na atualidade frente à questão da acessibilidade, de uma tarefa histórica das bibliotecas pensar formas críticas e plurais de distribuição dos saberes e transformação das formas de acesso e partilha da informação. Ou seja, precisamos pensar as bibliotecas não apenas no seu nível de partilha do saber, mas de crítica a o que é o saber e como ele deve ser acessado, que regimes de sensibilidade são privilegiados nos modos de acesso à informação, e como podemos pluralizar os modos de experimentar os acervos. Retomando Camila:

Proponho que pensemos para além dos manuais de acessibilidade uma vez que, como dito, eles são necessários, mas, insuficientes, porque dizem respeito a adaptações arquitetônicas e informacionais sem questionarem as maneiras como vêm sendo propostas, quando são propostas, as experimentações mais estéticas e expressivas de uma exposição ou de uma determinada obra. (ALVES, 2016, p. 20)

É importante notar que essa situação envolve diretamente as bibliotecas na reflexão sobre desigualdade e democracia, operando nessa complexa díade de modo a tentar reduzir as desigualdades no contexto da deficiência desenvolvendo estratégias de democratização da informação que levem em conta a experiência e singularidade dos corpos. Ou seja, busca-se aqui delinear uma visão não meramente pragmática e técnica da democratização do acesso, mas antes salientar a necessidade de perspectivas plurais para se pensar a democratização em estratégias singulares e renováveis de inserção de distintos sujeitos, saberes e modos de experimentar aos acervos e atividades das bibliotecas.

Salientamos que nesse âmbito as bibliotecas se mostram como importantes instituições de produção de inclusão e mobilização estratégica do combate à desigualdade. Ao mesmo tempo, retomamos a posição de que essa operação político-social dentro das instituições é fundamental para a desconstrução de uma visão apenas arquivista e documental das bibliotecas, pensando sua posição ativa de engajamento político, e construção de memória social e patrimônio cultural. Portanto, não apenas residindo como ambiente de acolhimento e cuidado da memória social, mas também um ambiente crítico de reflexão sobre o que são os bens culturais memoráveis, como essas memórias e saberes podem ser organizados e mantidos, e quem pode acessá-los e como podem acessá-los, que regimes de sensibilidade são privilegiados na disponibilização dos acervos culturais das instituições. Em tom crítico à própria estrutura como mantemos e disponibilizamos nossa história social dentro das instituições culturais, em um texto de 1994 inicialmente intitulado “Memória, a questão dos arquivos”, o filósofo Jacques Derrida afirma:

O arquivo em geral não é somente o lugar de depósito e conservação de um conteúdo arquivável passado que existiria de todos os modos sem ele, tal como ainda se acredita que foi ou terá sido. Não, a estrutura técnica do arquivo arquivante determina do mesmo modo a estrutura do conteúdo arquivável em seu surgir e em relação ao porvir. O arquivamento produz, tanto quanto registra, o acontecimento. (DERRIDA, 1995, p. 24)

Sabemos que aos Arquivos competem objetivos distintos das Bibliotecas, e salvaguardamos as grandes diferenças entre essas instituições, mas interessa-nos aqui a colocação derridiana sobre como a estrutura da instituição, a gerência do patrimônio e a forma como ele é disponibilizado para seu público determinam a própria estrutura do saber que ali se consagra e os modos como podemos nos relacionar com ele. Ou seja, formas de catalogação, organização, manutenção de acervos, e a própria arquitetura institucional não são elementos imparciais na moldagem do patrimônio que circulam dentro das instituições. Esses domínios moldam que tipos de saberes se disponibilizam dentro da instituição, como e para quem eles são disponibilizados, além de selecionar que tipos de materiais entram para o acervo, quais podem ser catalogados, como podem ser organizados e dispostos e de que modos seu público pode acessá-los. Logo, a estrutura fundamental arquivante modela o que pertence, o que se preserva, como se preserva e assim também dita qual público acessará e o modo como acessará. Em uma sociedade estruturalmente capacitista, sabemos que o formato das instituições não é pensado no contexto da deficiência, e assim, entendemos que a estrutura e os modos de produção de acesso dentro das bibliotecas precisam de uma reflexão ética sobre a produção de acessibilidade para podermos trabalhar os saberes em jogo na nossa memória social, privilegiando as narrativas e modos de experimentar de todos os corpos, e não apenas os considerados “não deficientes”.

5 AS BIBLIOTECAS DORINA NOWILL E DA UNIVERSIDADE BELAS ARTES NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE

A Biblioteca *Dorina Nowill*, no Distrito Federal e a Biblioteca da Universidade Belas Artes, na capital de São Paulo, são instituições que se destacam no contexto de pensar esses outros regimes da acessibilidade à informação e promoção de engajamento entre pessoas cegas e com baixa visão aos ambientes de acervo literário. Percebemos nelas iniciativas que vão desde digitalização de conteúdos impressos e disponibilização em programas de computador que transformam as palavras digitadas em voz, até recursos de engajamento coletivo, como as rodas de leitura promovidas para grupos heterogêneos.

Sobre a política de acesso aos conteúdos das bibliotecas por pessoas cegas e com baixa visão, um importante documento é o relatório profissional da Federação

Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições, intitulado *Bibliotecas para Cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento*. Nele, encontramos a seguinte informação sobre mudanças no serviço de acessibilidade das bibliotecas: Muitas bibliotecas cada vez mais estão convertendo suas coleções para acervos digitais. Uma biblioteca digital pode assumir vários formatos e ser utilizado de várias maneiras (KAVANAGH; SKOLD, 2009).

Atenta a essa possibilidade de inclusão através de dispositivos digitais, a Biblioteca da Universidade Belas Artes apostou nessa forma de promoção de acessibilidade. A instituição conta desde 2008 com computadores que disponibilizam softwares como o *Jaws*, que permite leitura de tela e auxilia pessoas cegas no acesso à internet e utilização de programas de escrita e criação de tabelas, além do software *Magic*, outra aposta da biblioteca que possibilita a transformação de uma página digitalizada, em voz, utilizado para geração de audiolivro.

As medidas oferecidas por essa instituição são interessantes no contexto digitalizado que vínhamos discutindo, mas difíceis de serem replicadas em bibliotecas públicas que contam com pouco investimento para manutenção e compra de equipamentos. Além disso, para bibliotecas de arte, que contam com um grande acervo visual-imagético, dispositivos que realizam leitura digital não facilitam o acesso aos trabalhos artísticos disponibilizados nos livros de artista e outras produções que podem possuir imagens. É interessante pensar como essa perspectiva digital apontada no relatório da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições pode ser aplicada no recorte das bibliotecas de arte. Trata-se aqui fundamentalmente da relevância no contexto das bibliotecas de arte da promoção de estratégias de agenciamento coletivo para a elaboração coletiva de comentários sobre conteúdos artísticos não escritos, como imagens, vídeos, ou mesmo objetos e livros-objetos que se produzem em larga escala nas poéticas contemporâneas.

Desde 2005 a *Google* pesquisa e desenvolve softwares de descrição de imagens. Esse processo é feito pelo próprio programa, com uso de mecanismo de inteligência artificial, não necessitando de mediação humana. O dispositivo pode ser caminho importante para promoção de inclusão dentro de bibliotecas de arte, mas ainda não há informação sobre instituições culturais que estejam integradas a esse software. Além disso, retomamos a crítica anterior, é necessário reconhecer a possibilidade de autonomização promovida por esses programas, mas é importante também

compreender que a lógica de funcionamento desses softwares se restringe e submete a um contexto mercadológico e maquínico de organização. Além disso, a descrição não-humana de imagens talvez não seja o recurso crítico mais eficaz na posição de pluralização dos discursos e narrativas, talvez trate-se de buscar modos que se fazem fora da dinâmica cibernética para engajar coletivamente discussões sobre a deficiência e modos experimentais de produção de acessibilidade em espaços culturais. O campo da audiodescrição é vastamente percorrido por pesquisas, como as de DAVID; HAUTEQUESTT, e KASTRUP (2012), mas salientamos a importância de pensar modos de construção do saber sobre conteúdos artísticos para além da ação descritiva, trazendo como questão a experiência dos objetos, livro-objetos ou mesmo de obras de arte em regimes sensoriais além do campo da visualidade.

Apostando em um caminho alternativo à digitalização, a biblioteca *Dorina Nowill*, abriga há vinte e três anos um acervo com mais de três mil exemplares, grande parte composto por produções em braile e outras no formato de audiolivro. Além dessa possibilidade, a biblioteca conta com um projeto de integração que promove leituras grupais em voz alta de obras não disponíveis em formato digital, audiolivro ou braile. Apesar dos recursos escassos em relação aos recursos digitais, a biblioteca tem grande relevância no cenário nacional, sendo sede da primeira Academia Inclusiva de Autores do país, promovida através do projeto *Luz & Autor em Braile* no qual os usuários cegos e com baixa visão são convidados a escrever contos, poesias, poemas e crônicas. As propostas lançadas por essas duas bibliotecas como os projetos de descrição falada dos livros, encontros grupais, e produção literária surgem como interessantes apostas a serem colocadas em prática nas bibliotecas de arte, tentando aproximar as informações nelas disponibilizadas aos públicos com deficiência visual, combatendo a desigualdade e promovendo a democracia quanto ao acesso à informação.

6 A ESPECIFICIDADE DA DISCUSSÃO NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS DE ARTE

A questão da acessibilidade dentro das bibliotecas de arte ganha uma espessura específica, que podemos trabalhar separadamente. A arte delineou durante o século XX com as vanguardas modernistas e as movimentações críticas alçadas principalmente a partir dos anos 50 um caminho de quebra com a representação e instauração de novos meios de conformação e apresentação dos trabalhos artísticos. Já no início do século, o

Dadaísmo lançou como proposta artística objetos cotidianos, como os ready-mades de Duchamp, que inseriram dentro do campo de discussão artística artefatos como mictórios, bancos e rodas de bicicleta, não apenas isso, mas também é fortuna do movimento alemão o início dos happenings e performances no Cabaret Voltaire fundado por Hugo Ball, produções que inauguram outras formas de presença e experiência do corpo nas obras de arte. Também o Surrealismo percorreu um caminho de crítica ao espaço artístico dominado por um regime representativo, trabalhando em seu escopo investigativo com artigos diversos como os objet-trouvés de Andre Breton e os objetos matemáticos de Man Ray.

Na segunda metade do século, as práticas questionadoras dos meios de produção artística começaram a tomar força, subvertendo os suportes tradicionais de criação, denunciando um desejo de expansão da arte para novas plataformas. Allan Kaprow, famoso artista e teórico americano dessa época, escreve sobre essas modificações: Objetos de todos os tipos são materiais para a nova arte: tinta, cadeiras, comida, luzes elétricas e néon, fumaça, água, meias velhas, um cachorro, filmes, mil outras coisas que serão descobertas pela geração atual de artistas. (KAPROW, 2006, p.44)

Esse é um momento de crítica ativa aos suportes tradicionais de manifestação artística, a pintura e a escultura, dominados também por um regime privilegiado da visualidade. Desde o renascimento, a invenção da perspectiva assume-se como uma técnica privilegiada no campo artístico e determina certa categorização para a “boa arte” de acordo com os seus usos. É importante pensar aqui que essa construção é associada a um domínio da visão frente aos outros sentidos nas atividades artísticas. A perspectiva assume a premissa de colocar todos os espectadores à contemplar a pintura a partir de um único ponto, restringe-se o campo de experiência estética a uma posição unilateral do olho frente a obra. Trata-se com o modernismo e principalmente com os movimentos posteriores a ele de uma crítica à essa suposta universalidade e dominância da visualidade, criam-se plataformas de manifestação artística críticas à pintura e à escultura, destituídas das molduras e dos pedestais, compromissadas politicamente e éticamente com outro âmbito de conformação e experiência da arte na cultura.

Podemos dizer que trata-se com o advento da arte contemporânea da instauração de novos regimes sensoriais para o campo da experiência estética. Nas instalações por exemplo, obras geralmente compostas de objetos, materiais e elementos espacializados em um ambiente, instaura-se um regime perceptivo que implica o corpo em sua

pluralidade, podendo ativá-lo em sentidos outros para além da visão. Na arte contemporânea brasileira, podemos citar diferentes exemplos como *Roda dos Prazeres* (1968) de Lygia Pape, *Eu-Tu* (1967) de Lygia Clark, ou *Ouvir o Rio* (2013) de Cildo Meireles, que marcam uma produção experimental dos outros sentidos e regimes de sensorialidade em jogo na experiência das obras de arte.

Para as bibliotecas de arte, trata-se de lidar com essa gama de informações produzidas sobre esses materiais que desafiam regimes unilaterais de sensibilidade. Como essas instituições podem, frente a uma movimentação de pluralização da experiência sensorial nos saberes artísticos, disponibilizar seu acervo de modos para além da narrativa hegemônica da visualidade? É necessário trazer um campo de experiência do acervo que faça-o falar as linguas e gestos plurais que as obras elaboram. Camila pergunta em sua dissertação: “Basta uma informação para garantir o acesso de uma pessoa a uma obra de arte? A informação é tomada como um elemento predominante de conhecer. Ter acesso à informação de uma obra esgota a questão de fruição (experimentação) de um visitante?” (ALVES, 2016, p.20) Pensamos que para se afinar a uma crítica engajada aos movimentos de democratização e combate à desigualdade, e ao campo ampliado de regimes sensoriais no qual se produz a arte, é necessário que as bibliotecas de arte pensem modos de ativar experiências e partilhas singulares do acervo, que tragam para dentro das instituições o debate crítico, a perspectiva de transformação social, e disseminação de modos plurais de experimentar e produzir mundo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscarmos medidas de inclusão para pessoas cegas e com baixa visão nas bibliotecas, percebemos que dois eixos regulam essas estratégias, um que se encaminha através de recursos digitais, e outro que se engaja de forma colaborativa coletiva sem assumir o processo de digitalização como regra para a produção de inclusão. Entendemos que em um regime atual de digitalização da cultura se faz necessário para os modos de resistência que se emancipam como estratégias de agenciamento coletivo. Essas geometrias sociais de organização plural dos corpos em torno de debates e atividades cooperativas pode dar notícias de modos de fazer e pesquisar com o outro, acolhendo a alteridade como fator estruturante de discursos pluralizados e

democráticos.

Pensando a aplicação dessas estratégias nas bibliotecas de arte, percebe-se que a integração e engajamento do público junto à produção literária, como presente na instituição *Dorina Nowill*, apresenta uma solução de integração artístico-cultural que pensa o acesso à informação mas também a produção de conhecimento por pessoas cegas e com baixa visão dentro do ambiente da biblioteca. Assim, esses espaços são pensados ativamente como construtores de redes de saber e inclusão, podendo promover mais ativamente a redução de desigualdades e democratização do acesso às informações.

Já a via adotada pela biblioteca de Arte da Universidade Belas Artes, oferece um acesso mais pragmático e facilitado, promovendo um contato com a informação de forma mais rápida, porém menos engajada, marcada pelo aspecto individual da experiência. Essa possibilidade é também importante, visto que garante a autonomia dos sujeitos cegos e com baixa visão frente a sua necessidade de contato com o acervo. Todavia, pensando do contexto das bibliotecas de arte, reafirmamos que além da importância de averiguar como os novos softwares de descrição de imagem podem tornar o acervo ainda mais inclusivo pelo acesso digital, são necessárias programações e atividades colaborativas que situem experiências coletivas de acesso e construção de saber sobre os conteúdos artísticos catalogados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Araújo. **E se experimentássemos mais? Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais.** (Dissertação de mestrado não publicada). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

BEIGUELMAN, Giselle. Arte pós-virtual: criação e agenciamento no tempo da Internet das Coisas e da próxima natureza. In: PESSOA, Fernando (org). **Cyber-arte-cultura.** Vila Velha (ES): Museu Vale, 2013.

BORGES, Jorge Luis. La Ceguera, in **Obras Completas**, Vol. 3. Buenos Aires: Emecé-Editores S.A, 2004.

BRASIL; MINC/SNBP. **Pesquisa Nacional de Acessibilidade em bibliotecas públicas.** São Paulo, 2014. Disponível em: <http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br/>. Acesso em 15 dez. 2019.

DAVID, Jéssica; HAUTEQUESTT, Felipe; KASTRUP, Virginia. Audiodescrição de filmes: experiência, objetividade e acessibilidade cultural. **Fractal, Rev. Psicol.** 2012, vol.24, n.1, pp.125-142.

DE MELLO, Anahí Guedes. **O que é capacitismo?** Inclusive - inclusão e cidadania, 2 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.inclusive.org.br/arquivos/29958>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: ed. 34, 1992. 232 p.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

KAPROW, Allan. O legado de Jackson Pollock. In: COTRIM, Cecília; FERREIRA, Glória (Org.) **Escritos de artistas: anos 60/ 70**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

KAVANAGH, R.; SKÖLD, B. C. (Ed.). **Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. Ações para construção de uma biblioteca virtual: relato de experiência do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 35, p. 54-61, 1997.

MORAES, Marcia. . PesquisarCOM, Política Ontológica e deficiência visual In Moraes, M. 7 Kastrup, V. (org). **O Exercício dever e não ver** (p. 26-51). Rio de Janeiro: Nau, 2010.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018. 189 p.